

##TEXA EXMA. JUÍZA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, RESOLVE:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Publique-se e dê-se ciência.

JOSÉLIA MORAIS DA COSTA
Desembargadora Presidente do TRT da 6ª Região

Republicado por haver saído com incorreção

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2007 A ABRIL /2008

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS MAI/2007 A ABR/2008 | | |
|--|--|--|-------------|
| | LIQUIDADAS | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSA- DOS | TOTAL |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 399.380 | 6.310 | 405.690 |
| Pessoal Ativo | 311.818 | 3.625 | 315.443 |
| Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão) | 0 | 0 | 0 |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta (1) e (3)) | 23.329 | 0 | 23.329 |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo | 288.490 | 3.625 | 292.114 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 87.561 | 2.685 | 90.247 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) | 0 | 0 | 0 |
| (-)DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II) | 115.992 | 2.800 | 118.792 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0 | 0 | 0 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 23.329 | 0 | 23.329 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 5.225 | 433 | 5.658 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (4) | 87.438 | 2.368 | 89.806 |
| TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP (III) = (I - II) | 283.388 | 3.510 | 286.898 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV) | | | 413.867.577 |
| % do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) = (III/IV) * 100 | 0,068473 | 0,000848 | 0,069321 |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,152620% | | | 631.645 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,144989% | | | 600.062 |

FONTE: SIAFI e SERVIÇO DE CONTABILIDADE/SOF/TRT 6ª REGIÃO

Notas

- 1) R\$ 19.345 (Em milhares) e R\$ 3.983 (Em milhares) referentes a Precatórios da Administração Direta e Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, respectivamente.
- 2) No período foi pago o valor de R\$ 10.087 (Em milhares) a título de Precatórios da Administração Indireta (Destques).
- 3) Deste valor consta o montante de R\$ 29 (Em milhares) referente ao pagamento de Sentenças Judiciais não transitadas em julgado de Inativos e Pensionistas contabilizadas equivocadamente em Precatórios da Administração Direta.
- 4) Deste montante não consta o valor de R\$ 29 (Em milhares) referente ao pagamento de Sentenças Judiciais não transitadas em julgado de Inativos e Pensionistas (fonte 0169) contabilizadas equivocadamente em Precatórios da Administração Direta na fonte 0100.

JOSÉLIA MORAIS DA COSTA
DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRT DA 6ª REGIÃO

MARCELINO ARRUDA DA SILVA
DIRETOR GERAL

FLÁVIO ROMERO MENDES DE OLIVEIRA
DIRETOR DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
DIRETOR DO SERVIÇO DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO